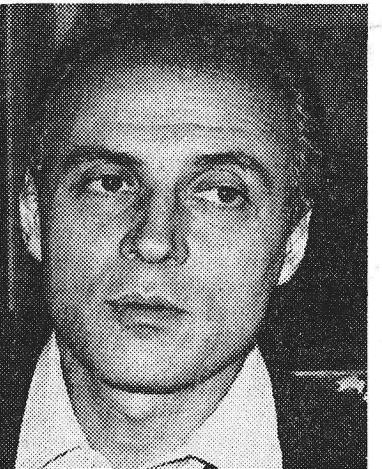


# Tribunais e Congresso protestam

**B**RASÍLIA — Repercutiu mal nos tribunais e no Congresso a decisão do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, de limitar os gastos dos Judiciário e do Legislativo. Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ex-ministro da Justiça Paulo Brossard foi enfático: "Nesses dois tribunais existe até pobreza. As verbas são escassas e os gastos são feitos com muito critério." Brossard disse que o TSE, por exemplo, não dispõe de pessoal suficiente, o que contribui para a morosidade dos trabalhos, já que o setor está só parcialmente informatizado.

Brossard não escondeu sua indignação com a iniciativa de Marcílio e, apesar de afirmar que o "admira" muito, não perdoa a crítica à lentidão do Judiciário, feita no pedido encaminhado na quinta-feira à Procuradoria da Fazenda Nacional, para elaboração de emenda constitucional limitando os gastos dos dois poderes. "O ministro nunca entrou com uma petição em juízo", argumentou. Economizando palavras, o vice-presidente do STF, ministro Luiz Octávio Galotti, afirmou que não acredita na possibilidade de cortes no setor. "As propostas de orçamento do Supremo são feitas dentro do que é necessário".

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Almir Pazzianoto acha que as críticas ao desperdício não



Suplicy: "Reflexão"



Brossard: "Muito critério"

cabem contra a Justiça do Trabalho. "Por ela passam mais de um milhão de processos e o funcionamento está no limite", disse. "É comum dizerem nas juntas que em um século o único progresso registrado foi a máquina de escrever. Só deixaram de fazer as atas a mão."

Pazzianoto lista uma série de exemplos para sustentar sua argumentação: "O Judiciário está tentando se informatizar. Isso é despesa ou investimento? Em muitas cidades do interior, a Justiça do Trabalho não tem prédio para sediar as juntas e nem pessoal, que são cedidos pelas prefeituras e governos estaduais. É errado querer mudar esse quadro? A população quer a aceleração dos serviços. Então a Justiça deve investir para se aparestrar ou continuar como está?"

**Pressão** — O ex-ministro do Trabalho no governo Sarney afirmou que, para atender à pressão da demanda foi enviado ao Congresso mensagem propondo a criação de 366 novas juntas no país, algumas em cidades

onde o setor está sobrecarregado ou não existe o serviço. "Como se encara essa necessidade, essa demanda social?" Pazzianoto ressaltou que a Constituição determina que haja um Tribunal Regional do Trabalho em cada estado, embora São Paulo precise de dois. "Se é determinação constitucional, como a Justiça poderá descumprir?"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que deixou de usar o carro oficial a que tinha direito, encara a decisão do ministro da Economia como "reflexão" que o Congresso "deve fazer" para enxugar suas despesas. No entanto, considera que os cortes devem ser feitos com critério, para que não emperre o funcionamento do Congresso. "Temos que ter instrumentos para fazer nosso trabalho com condições." Exemplo disso, segundo ele, é o computador que requisitou à Mesa para que possa acompanhar os gastos de seu gabinete. "Precisamos ter instrumentos para fiscalizar o Executivo, que é nosso papel."

**"Condizente"** — Suplicy acha que os três poderes podem enxugar as despesas, mas também equipar salários — tema, aliás, que deixa o senador confuso sobre o aumento de 64,45% a que tiveram direito deputados e senadores. "Em relação ao que ganha a maioria da população, é alto. Mas em função da responsabilidade e comparado aos salários de executivos de médias e grandes empresas, é condizente. Por isso, defendo uma política salarial que diminua essas graves disparidades."

Disso discorda radicalmente o deputado Paulo Hartung (PSDB-ES), um dos vice-líderes do partido na Câmara. "O aumento foi equivocado. Foi uma afronta contra o povo brasileiro". Hartung e Suplicy discordam em outro ponto. Para Suplicy, o Congresso tem trabalhado sério, enquanto para seu colega apenas uma minoria o faz. "Assim como o Brasil, o Congresso é muito heterogêneo", disse Suplicy. "É uma casa que precisa dar exemplos como democracia e postura." Para Hartung, "o corporativismo é a maior praga do país".

Para o deputado federal César Maia (PMDB-RJ), o reajuste dos salários dos parlamentares foi decidido pelas lideranças partidárias e repetiu a explicação oficial divulgada para justificar o aumento: os parlamentares apenas seguiram os aumentos concedidos aos funcionários. Segundo o deputado, o salário do parlamentar federal está aquém dos vencimentos dos estaduais. "Eu sei, por exemplo, de assembleia legislativa que paga Cr\$ 11 milhões aos deputados", disse, sem citar o estado. "A população vai julgar se houve inabilidade política na concessão deste aumento e se o valor foi demais ou aquém do normal, mas o ônus da decisão será cobrado dos políticos nas próximas eleições."